

Presidente dos Estados Unidos anuncia sanções contra a Rússia

Quase 2 milhões de trabalhadores podem ser incluídos no PIS/Pasep

Página 3

Número de mortes em Petrópolis chega a 182; ainda há 89 desaparecidos

Página 6

Brasil apela por resolução pacífica de conflito entre Rússia e Ucrânia

O Ministério das Relações Exteriores divulgou uma nota à imprensa na terça-feira (22) em que reafirma a necessidade de uma solução negociada e que leve em consideração os legítimos interesses de segurança da Rússia e da Ucrânia e a necessidade de se respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas.

O MRE apela para que a negociação tenha como base os Acordos de Minsk, assinados em 2014 por representantes da Ucrânia, da Rússia, da República Popular de Donetsk (DNR) e da República Popular de Luhansk (LNR) para pôr fim à guerra no leste da Ucrânia.

Na nota, o MRE afirma ainda que, diante da situação criada em torno do status das auto proclamadas entidades estatais do Donetsk e do Luhansk, o Brasil “apela a todas as partes envolvidas para que evitem uma escalada de violência e que estabeleçam, no mais breve prazo, canais de diálogo capazes de encaminhar de forma pacífica a situação no terreno”.

Na segunda-feira (21), o presidente da Rússia, Vladimir Putin, reconheceu a independência das auto proclamadas repúblicas de Donetsk e Luhansk e anunciou o envio do que chamou de forças de “manutenção de paz” para solo ucraniano.

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, condenou a decisão presidente russo de assinar um decreto reconhecendo duas regiões do leste da Ucrânia como independentes. **Página 3**

Governo de SP anuncia início das obras do monotrilho do Aeroporto de Guarulhos



O governador João Doria anunciou na terça-feira (22) o início imediato das obras do monotrilho do Aeroporto Internaci-

onal de São Paulo, em Guarulhos, com conclusão prevista para 2024. A conexão será pela Linha 13-Jade da CPTM e o sis-

tema interligará trem e metrô aos Terminais 1, 2 e 3 do aeroporto, o maior da América do Sul. “Este é um trabalho em conjunto da GRU Airport, do Governo Federal e do Governo de São Paulo, somando forças e também com o aval na ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). Desde o início foi assim que nós conduzimos o processo, inclusive com a fiscalização do Tribunal de Contas da União”, disse Doria.

Com investimento privado estimado de R\$272 milhões, custeado com recursos da outorga da concessionária GRU Airport, o projeto de mobilidade é um esforço conjunto do Governo de São Paulo e do Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura. **Página 2**

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou em declaração na terça-feira (22) que a Rússia iniciou a invasão da Ucrânia e anunciou sanções econômicas contra o país voltadas a dificultar o financiamentos e a atuação internacional de instituições financeiras russas.

Biden divulgou sanções à dívida soberana da Rússia e medidas para que o país não consiga mais buscar recursos no Ocidente, proibindo também que a Rússia compre títulos no

mercado ocidental.

O governante declarou restrições para dois bancos russos, embora não de perfis comerciais. Ele acrescentou que dialogou com o governo da Alemanha para que o gasoduto ligando o país e a Rússia “não avance”.

“Vou começar a impor sanções muito mais duras do que as que implementamos em 2014, ano do conflito anterior entre Rússia e Ucrânia. E iremos avançar ainda mais se Rússia continuar a invasão”, disse. **Página 3**

PL que legaliza jogos de azar deve ir à votação esta semana, diz Lira

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), admitiu na terça-feira (22) a resistência de parlamentares da chamada bancada evangélica à aprovação do projeto de lei que legaliza atividades como bingos, jogo do bicho e cassinos no Brasil. No entanto, o projeto deve ir à votação ainda esta semana, afirmou o parlamentar.

“É um assunto que pode trazer divisões, turismo, empregos,

renda, arrecadação para o país e que vai ser tratado com seriedade. Tem oposição? Tem. Tem resistência? Tem. Mas estes tratamentos foram colocados com muita clareza com a bancada pela qual eu tenho muito respeito, que é a bancada evangélica”, declarou Lira ao participar, esta manhã, de um evento realizado pelo banco BTG Pactual e que contou com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes. **Página 6**

Receita aumenta nível de segurança para acessar portal e-CAC

Página 3

Esporte

Superliga 21/22

Funvic Educacoin Natal recebe o Vedacit Vôlei Guarulhos em confronto direto

Funvic Educacoin Natal e Vedacit Vôlei Guarulhos entram em quadra nesta quarta-feira (23), a partir das 21h30, no Ginásio do Palácio de Esportes, na capital potiguar, pela oitava rodada do retorno da Superliga 21/22. A equipe representante do Norte/Nordeste, sétima colocada com 23 pontos, terá pela frente o sexto colocado, com 5 pontos a mais, atrás de importantes pontos na busca por uma vaga para a próxima fase da competição.

Uma vitória fará com que o time encoste no adversário na classificação geral e consolidará sua recuperação neste retorno e sua condição de uma das oito mais bem colo-

cadadas. A partida terá transmissão ao vivo pelo Canal SporTV2.

A torcida que pretende incentivar ao vivo o Funvic Educacoin Natal diante do representante de Guarulhos poderá adquirir os ingressos online, pelo link https://www.sympla.com.br/funviceducacoinnatal-x-vedacit-guarulhos_1493489, ou presencialmente no Aeroclube (dia 22 das 14h às 19h e dia 23 até as 14h) e no Palácio dos Esportes (dia 23 a partir das 16h).

A Superliga 21/22 vai chegando à definição de sua fase classificatória e, por isso, a rotina das equipes é bastante agitada, com seguidos confrontos diretos. Depois de perder para o Blumenau fora de casa, o Funvic



Funvic Educacoin Natal

Educacoin Natal foca agora no próximo compromisso e na boa fase para obter um resultado po-

sitivo diante do Vedacit Vôlei Guarulhos.

“Não há jogos fáceis em uma

competição deste nível. Ainda mais neste momento de decisão. Temos conseguido uma boa evolução e apresentado um vôlei competitivo. É acreditando nisso e trabalhando bastante que esperamos mais uma boa apresentação diante do time de Guarulhos. Trata-se de um adversário forte, mas contamos mais uma vez com o apoio da torcida para nos ajudar no confronto desta quarta”, destaca o técnico interino Adalberto Fragoso.

O provável time do Funvic Educacoin Natal para a partida terá Índio, Elian, Pat, Brito, Fábio, Gabriel, além do líbero Thales. Entraram Symon, Elian, Breno e Galo.

Kiko Porto estreia na Indy Pro 2000 nas ruas de St. Petersburg

Campeão da USF2000 em 2021, Kiko Porto dá mais um passo em direção à Indy e estreia neste fim de semana na Indy Pro 2000, categoria intermediária do Road To Indy. Após positivos testes de pré-temporada em Homestead, Flórida (EUA), o jovem piloto brasileiro disputa a primeira etapa da temporada de 2022 da Indy Pro no circuito de rua de St. Petersburg.

“O contato com o carro tem sido positivo, andei bem e me adaptei a ele, então, agora é uma questão de aperfeiçoar ainda mais este vínculo entre nós. Estamos finalmen-

te na semana da primeira rodada da Indy Pro e mal posso esperar para voltar a acelerar”, disse Kiko Porto, que passará a guiar com o numeral 1 em seu carro.

Em 2021, o circuito de St. Petersburg, localizado no estado da Flórida, viu o piloto brasileiro conquistar a pole position. “Eu curto bastante a pista de St. Petersburg, ela é bem desafiadora, como os circuitos de rua são geralmente, fazendo o piloto saber combinar ir ao limite e ter cautela. Ano passado conquistei a pole position na corrida 2 e pódio, neste ano a meta é ter outra boa performance novamente”, apontou Kiko, que tem

patrocínio do Banco Daycoval.

De vínculo renovado com a DEForce Racing, o piloto de 18 anos seguirá com a equipe com quem conquistou o título da USF2000.

“Eu já estou familiarizado com a DEForce e eles comigo. O título no ano passado não foi à toa, a equipe conhece minha guida e sabe como gosto do carro. Vai ser um campeonato bem disputado, com muitos pilotos e equipes fortes na concorrência, mas estamos prontos para a disputa”, completou Kiko Porto.

As atividades de pista da primeira etapa da Indy Pro 2000 têm início nesta quinta-feira (24)



Kiko Porto

com treino às 17h do horário de Brasília. Na sexta-feira (25), serão realizadas a classificação às

9h45 e a corrida 1 às 13h40, enquanto que a corrida 2 acontecerá no sábado (26) às 10h.

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens. Não chove. **33° C** **19° C**



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,06
Venda: 5,06

Turismo
Compra: 4,97
Venda: 5,21

EURO

Compra: 5,73
Venda: 5,73

Governo anuncia início das obras do monotrilho do Aeroporto de Guarulhos

SP libera R\$ 12 milhões para novo Instituto de Otorrino, Cabeça e Pescoço da Unicamp

O Vice-Governador Rodrigo Garcia autorizou na segunda-feira (21) o repasse de R\$ 12 milhões que possibilitará a abertura do novo Instituto de Otorrino, Cabeça e Pescoço da Unicamp. O serviço será referência para os 42 municípios do Departamento Regional de Saúde de Campinas.

O recurso do Governo de São Paulo será pago em 12 parcelas e será voltado para o custeio da nova unidade que realizará atendimentos nas áreas de otorrinolaringologia, cabeça e pescoço. A previsão de funcionamento é para o mês de abril e os atendimentos se-

rão para pacientes encaminhados pela Cross (Central de Regulação de Vagas e Ofertas e Serviços de Saúde).

Entre os atendimentos previstos na nova unidade estão consultas médicas e não médicas, cirurgias ambulatoriais e exames diagnósticos, entre eles ultrassonografias, endoscopias, tomografias computadorizadas e exames radiológicos, entre outros.

Os investimentos de R\$ 33 milhões para a construção do Instituto de Otorrino, Cabeça e Pescoço da Unicamp vieram de um Termo de Ajustamento de Conduta realizado pelo Ministério do Trabalho com a Shell.

O governador João Doria anunciou na terça-feira (22) o início imediato das obras do monotrilho do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, com conclusão prevista para 2024. A conexão será pela Linha 13-Jade da CPTM e o sistema interligará trem e metrô aos Terminais 1, 2 e 3 do aeroporto, o maior da América do Sul.

“Este é um trabalho em conjunto da GRU Airport, do Governo Federal e do Governo de São Paulo, somando forças e também com o aval na ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). Desde o início foi assim

que nós conduzimos o processo, inclusive com a fiscalização do Tribunal de Contas da União”, disse Doria.

Com investimento privado estimado de R\$272 milhões, custeado com recursos da outorga da concessionária GRU Airport, o projeto de mobilidade é um esforço conjunto do Governo de São Paulo e do Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura.

“Ao longo desses últimos dois anos, fui procurado pelo então secretário de transportes metropolitanos, Alexandre Baldy, para dizer que o Governador

João Doria estava querendo disponibilizar para São Paulo um sonho antigo, o de ter uma ligação rápida, confortável e atraente entre os terminais do aeroporto de Guarulhos e a CPTM. É uma obra interessantíssima e que foi auditada pelo TCU. Fizemos uma série de exigências que a concessionária cumpriu até o último instante, quando foi aprovada há três semanas por unanimidade”, disse Vital do Rêgo, Ministro do Tribunal de Contas da União.

Serão 2,6 km de vias elevadas, com quatro estações que podem ser percorridas em apenas seis minutos. Os trens são

automáticos e sustentáveis, movidos a ar, com capacidade de transportar até quatro mil pessoas por hora. Para o conforto dos passageiros, os veículos são acessíveis e equipados com ar condicionado, WiFi, espaço para bagagens e painéis de informações conectados ao aeroporto.

O monotrilho atenderá, principalmente, passageiros e funcionários do aeroporto. A expectativa é que, após seis meses da inauguração, mais de 50 mil passageiros sejam transportados por dia. O trecho entre a Linha 13-Jade da CPTM e os terminais 1, 2 e 3 do aeroporto será gratuito.

Lançada plataforma para municípios solicitarem veículos de serviço

O Governador João Doria realizou, na terça-feira (22), o lançamento da plataforma digital Nova Frota SP Não Para, que vai auxiliar os municípios paulistas nas solicitações de mais de 3 mil veículos e maquinários essenciais para a prestação de serviços aos cidadãos. A iniciativa desburocratiza os processos e centraliza em um único local as requisições, que até então estavam espalhadas por diversas secretarias e órgãos do Estado.

A medida dá mais transparência para o processo de solicitações e garante que as prefeituras tenham igualdade de oportunidade para participar, a partir de critérios técnicos.

“Estamos fazendo um Governo municipalista e transformador. Os investimentos de hoje representam R\$ 1 bilhão para aquisição de 3 mil equipamentos. Nós conseguimos hoje ofe-

recer o maior volume de entregas, na história do Governo de SP, de equipamentos para as prefeituras”, disse Doria.

A frota toda conta com investimento de mais de R\$ 1 bilhão pelo Governo de SP. A plataforma Nova Frota SP Não Para integra quatro secretarias de Estado – Agricultura e Abastecimento, Diretos da Pessoa Com Deficiência, Infraestrutura e Meio Ambiente e Saúde – e reúne seis programas que já realizam a entrega de veículos e máquinas em todo o Estado: Patrulha Agrícola e Agro SP+Seguro, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Cidade Acessível, da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Corta Fogo e Resíduos Sólidos, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; e Aperfeiçoamento SUS, da Secretaria da Saúde.

Por meio do novo canal, os prefeitos dos 645 municípios poderão solicitar, ao Estado, máquinas e outros veículos. O site disponibiliza diversas opções como ambulâncias, vans, caminhões de coleta seletiva e caminhões pipa, além de máquinas pesadas como tratores, motoniveladoras, triturador de galho, retroscavadeiras, entre outras.

O lançamento da ferramenta é mais um avanço da atual gestão na promoção de políticas públicas municipalistas, com foco na aproximação e desburocratização das relações entre o Governo de SP e as prefeituras. Ao conferir transparência e modernização ao processo, o Nova Frota SP Não Para visa ainda fortalecer a autonomia dos municípios, estimular a geração de empregos diretos e indiretos e impulsionar o desenvolvimento econômico local.

O programa será coordenado pelas secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) e de Governo, juntamente com a Casa Civil, e conta ainda com a parceria das Secretarias de Agricultura e Abastecimento, Direitos da Pessoa Com Deficiência, Infraestrutura e Meio Ambiente e Saúde.

Inscrição

Por meio do site www.novafrota.sp.gov.br, os municípios terão acesso a um canal direto para que cada prefeitura possa fazer sua solicitação de forma online, de acordo com as principais demandas locais. Todos os 645 municípios do Estado de São Paulo estão aptos a participar. Para se inscrever, as prefeituras devem clicar no botão de inscrição para realizar o aceite, indicando as necessidades de seu município.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
O cristão (evangélico) e vereador Isac Felix (PL) tá assumindo uma nova e ainda mais difícil missão na política dos homens e mulheres: aumentar a bancada que será eleita pra maior Assembleia do Brasil (Estado de São Paulo)

PREFEITURA (São Paulo)
Não tá sendo fácil pro prefeito Ricardo Nunes cuidar de todos dos imensos problemas das cidades ilegais que existem dentro de São Paulo e ainda participar das decisões do MDB enquanto candidaturas pra ALESP e Câmara Federal

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputada Janaína Paschoal deve estar comemorando o fato da ministra Bolsonaro Damaris dizer que “tá chegando” como candidata no Estado do Amapá - não em São Paulo - pra derrubar o senador Alcolumbre (DEM no União)

GOVERNO (São Paulo)
João Doria (PSDB) tá sendo muito criticado pelo deputado federal Alexandre Leite (ex-DEM agora no União), que no entanto mantém apoio à candidatura do vice Rodrigo Garcia (ex-DEM agora no União) ao governo paulista. É do jogo

CONGRESSO (Brasil)
Cristão evangélico e deputado federal Marcos Pereira (Republicanos ex-PRB) tá cumprindo a missão de aumentar ainda mais a bancada em 2022. Daí o católico Datena se filiar e ser candidato - ao Senado - e ganhar, são “outros 700”

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Recentemente visitado por Bolsonaro, Putin (Rússia) tá cumprindo profecias bíblicas em relação a uma possível guerra com a Ucrânia (ex-URSS) não ser o fim do mundo, mas o início de uma falsa paz global via ‘governança mundial’

PARTIDOS
PT do Lulismo enquadrado o ex-governador França, pra que retirasse a candidatura ao governo paulista em favor do ex-prefeito Haddad, pela federação com o PSB ‘da família pernambucana’. Uma das compensações, agora que o ex- ...

(Brasil)
... governador paulista Alckmin (ex-tucano) pode se filiar ao partido que tentou emplacar Campos - morto quando concorria à Presidência em 2014, pra ser vice na chapa do dono do PT. Lula voltou a falar em ‘regulação’ das mídias

JUSTIÇAS (Brasil)
Quem deixou o TSE, ameaçando que pode ser enquadrado por ‘fake news’ quem tentar provar que urnas eletrônicas podem ser de novo invadidas, foi o Barroso (Supremo). Entrou o Fachin e nas eleições vai entrar o Alexandre ...

ANO 30
Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna - cesarneto.com - tornou-se referência das liberdades possíveis. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP)

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Unidades do Poupatempo estarão fechadas durante o feriado de Carnaval

Os postos do Poupatempo estarão fechados para o atendimento presencial nos dias 28 de fevereiro e 1º de março. A medida atende ao decreto que estabeleceu ponto facultativo nas repartições públicas do Estado na segunda e terça-feira de Carnaval, e a retomada do expediente após às 12h da Quarta-Feira de Cinzas.

No dia 2 de março, após o meio-dia, todas as unidades voltam a funcionar habitualmente para o atendimento presencial, mediante agendamen-

to prévio de data e horário.

O agendamento pode ser feito pelos canais digitais do programa, onde também estão disponíveis mais de 190 serviços eletrônicos, para que o cidadão acesse quando e onde quiser. Entre as opções mais procuradas, estão a renovação da CNH, Carteira de Trabalho Digital, Seguro-desemprego, licenciamento de veículos, carteira de vacinação da Covid-19, entre outros. Todos permanecem disponíveis para a população 24 horas por dia,

sete dias por semana. Para acessar, basta baixar o aplicativo Poupatempo Digital, no celular, ou acessar o site do Poupatempo.

Importante reforçar que os atendimentos nos postos do Poupatempo são realizados somente para serviços que dependem da presença do cidadão para serem concluídos, como os de RG (primeira via e renovação com alteração de dados), transferência interestadual e mudança nas características de veículos, por exemplo.

Neste sábado, dia 26 de fevereiro, o atendimento no Poupatempo será normal. Durante o funcionamento de cada unidade será realizado o segundo dia do mutirão para renovação de CNH. Mais de 9 mil vagas foram disponibilizadas e os agendamentos poderão ser feitos a partir de quarta-feira (23).

Para saber os horários de funcionamento das 113 unidades do Poupatempo, é só acessar o portal www.poupatempo.sp.gov.br.

Polícia Federal cumpre mandados de superfaturamento em ventiladores pulmonares

Policiais federais cumpriram na terça-feira (22) sete mandados de busca e apreensão, expedidos pela 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo, em decorrência de inquérito policial que apura direcionamento e superfaturamento na venda de ventiladores pulmonares para o Estado de São Paulo.

De acordo com a Polícia Federal (PF), a investigação mostrou que o Estado de São Paulo adquiriu 1.280 ventiladores pulmonares fabricados na China, de empresa estrangeira, com sócios brasileiros, escolhida por dispensa de licitação, pelo valor de USD 44 milhões (mais de R\$ 242 milhões), em abril de 2020, início da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Os peritos criminais federais realizaram análise do processo e comparação com outras contratações efetivadas pelo Brasil, tendo identificado

sobrepreço estimado em mais de R\$ 63 milhões, além de elementos que indicam o direcionamento indevido.

Segundo a PF, análise por técnicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo também apontaram que os preços estavam incompatíveis com os de mercado.

Além da fraude no procedimento aquisitivo, os indícios também sugerem a ocorrência de lavagem de dinheiro por meio de tipologia em que a empresa intermediária, que recebe os valores do governo contratante, envia uma parcela para pagamento de vantagens indevidas e outra parcela para pagamento do fornecedor do produto.

As buscas têm por objetivo a coleta de outros elementos da ocorrência dos delitos em apuração, além de possível crime de associação criminosa (artigo 288 do Código Penal), corrupção passiva e

corrupção ativa (respectivamente, artigos 317 e 333 do Código Penal).

Secretaria da Saúde

Em nota enviada à Agência Brasil, a Secretaria de Estado da Saúde informou que está à disposição para prestar qualquer esclarecimento e irá colaborar com as investigações. Mas, na nota, o Governo do Estado disse que “condena a espetacularização da ação”.

A pasta informou ainda que “a compra dos respiradores foi essencial no início da pandemia e fundamental para salvar vidas, em um momento de inércia do Governo Federal, que não distribuiu equipamentos aos estados, e alta procura no mercado internacional. A administração estadual não poderia ficar de braços cruzados diante de uma necessidade tão urgente. Essa decisão acertada evitou que São Paulo tivesse as tristes cenas que

aconteceriam depois em Manaus, com a falta de fornecimento de oxigênio”.

A Secretaria de Estado da Saúde afirmou que os aparelhos foram adquiridos com recursos do tesouro estadual e a aquisição cumpriu as exigências legais e os decretos estadual e nacional de calamidade pública, prevenindo multa em situação de descumprimento e até devolução do recurso.

“Os 1.280 respiradores da repactuação do contrato com Hichens Harrison foram entregues, mesmo após a Secretaria ter iniciado os trâmites para a rescisão do contrato devido a descumprimento de prazo. A empresa conseguiu liminar na Justiça para assim proceder. A aquisição cumpriu as exigências legais e aos decretos estadual e nacional de calamidade pública e todos os esclarecimentos têm sido devidamente prestados aos órgãos de controle”, finalizou a nota.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Quase 2 milhões de trabalhadores podem ser incluídos no PIS/Pasep

Cerca de 1,9 milhão de trabalhadores podem ser incluídos no cadastro do Programa de Integração Social (PIS) e no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para passarem a receber o abono salarial. A Dataprev, empresa estatal de tecnologia, está revisando possíveis inconsistências na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) até 15 de março.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, responsável pelo pagamento do abono salarial, a análise tem como objetivo evitar pedidos adicionais de revisão e garantir o direito dos trabalhadores.

Segundo a pasta, o montante de 1,9 milhão de trabalhadores equivale a apenas 3,5% dos 55

milhões de cadastros verificados pela Dataprev neste ano. Neste ano, o abono salarial referente ao trabalho em 2020 está sendo pago em fevereiro e março. Nos anos anteriores, o pagamento ocorria ao longo de 12 meses.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, os trabalhadores que tiverem a revisão do cadastro aprovada serão avisados a partir de 16 de março por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital e pela plataforma Serviços do Trabalho no Portal Gov.br.

Além dos registros na Rais, este é o primeiro ano em que os registros no e-Social (plataforma eletrônica de registro dos dados de trabalhadores) estão sendo usados no processamen-

to dos dados do abono salarial.

Até agora, a Dataprev concluiu o processamento de 96,5% dos cadastros, que resultaram em 22,7 milhões de trabalhadores elegíveis para receberem o abono salarial, 30,4 milhões inelegíveis e 1,9 milhão com a necessidade de processamento adicional.

Quem tem direito

Tem direito ao benefício o trabalhador inscrito no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos e que tenha trabalhado formalmente por, no mínimo, 30 dias no ano-base considerado para a apuração, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

Também é necessário que os dados tenham sido informados

corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O abono salarial não é pago aos empregados domésticos. Isso porque o benefício exige vínculo empregatício com uma empresa, não com outra pessoa física. Jovens aprendizes também não têm direito ao benefício.

Valor

O valor do abono é proporcional ao período em que o empregado trabalhou com carteira assinada em 2020. Cada mês trabalhado equivale a um benefício de R\$ 101, com períodos iguais ou superiores a 15 dias contados como mês cheio. Quem trabalhou 12 meses com carteira assinada receberá o salário mínimo cheio, de R\$ 1.212. (Agência Brasil)

Tesouro Direto registra R\$ 3,5 bi em vendas em janeiro

As vendas de títulos do Tesouro Direto registradas em janeiro foram maiores do que os resgates em mais de R\$ 1 bilhão. De acordo com dados divulgados na terça-feira (22) pelo Tesouro Nacional, as vendas registradas foram de R\$ 3,5 bilhões, enquanto os resgates ficaram em R\$ 2,47 bilhões.

No mês, foram contabilizadas 552.466 operações de investimento em títulos. Do total resgatado, R\$ 1,556 bilhão é referente a recompras, enquanto R\$ 920,7 milhões são relativos a vencimentos. Ao todo, 1.827.392 pessoas estão com saldo em aplicações no Tesouro Direto. O número representa um aumento de 13,2 mil na comparação com o mês anterior.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os in-

dexados à taxa básica de juros (Selic), com um total de 50,5% das participações nas vendas. Já os títulos vinculados à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como o Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, registraram uma participação de 35,7% do total. Os prefixados totalizaram 13,8% das participações.

Nas recompras (resgates antecipados), predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R\$ 856,45 milhões (55,03%). Os títulos remunerados por índices de preços totalizaram R\$ 427,27 milhões (27,45%), os prefixados, R\$ 272,69 milhões (17,52%).

Segundo os dados divulgados pelo Tesouro, no que se refere ao prazo de emissão, 12,9%

das vendas no Tesouro Direto no mês corresponderam a títulos com vencimentos acima de 10 anos. As vendas de títulos com prazo entre 5 e 10 anos representaram 27,2%. Já as com prazo entre 1 e 5 anos representam 59,8% do total.

Estoque

O estoque total do Tesouro Direto ficou em R\$ 80,91 bilhões, valor que representa aumento de 2,2% na comparação com dezembro de 2021, quando foram registrados R\$ 79,19 bilhões. Na comparação com janeiro do ano passado, quando o estoque total estava em R\$ 62,51 bilhões, o resultado representa um aumento de 29,4%.

Os títulos remunerados por índices de preços respondem pelo maior volume no estoque,

alcançando 55,6%. Na sequência, aparecem os títulos indexados à taxa Selic, com participação de 27,2%, e os títulos prefixados, com 17,2%.

Em relação à composição do estoque por prazo, 3,5% dos títulos vencem em até 1 ano. A maior parte, 62,0%, é composta por títulos com vencimento entre 1 e 5 anos. Os títulos com prazo entre 5 e 10 anos correspondem a 11,3%, e aqueles com vencimento acima de 10 anos, a 23,2%.

As aplicações de até R\$ 1 mil representaram 62,38% das operações de investimento no mês, enquanto o valor médio por operação ficou em R\$ 6.342,02. Com relação à rentabilidade acumulada em doze meses, o destaque ficou com o título Tesouro IPCA+ 2026, que obteve alta de 1,18%. (Agência Brasil)

Receita aumenta nível de segurança para acessar portal e-CAC

A partir de sexta-feira (25), o acesso ao Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC) terá o nível de segurança aumentado. Quem usa o login único do Portal Gov.br só poderá acessar o e-CAC com contas nível prata ou ouro, que têm mais recursos de proteção.

Em nota, a Receita Federal explicou que a mudança faz parte de um processo de melhoria no acesso aos serviços digitais do órgão. Segundo o Fisco, o aumento na segurança permitirá que serviços do e-CAC atualmente acessíveis apenas com certificado digital (tipo de assinatura eletrônica vendida a pessoas físicas e empresas) possam

ser fornecidos a mais usuários.

Além da conta gov.br, pessoas físicas que declaram Imposto de Renda e empresas optantes pelo Simples Nacional podem entrar no e-CAC usando o código de acesso, espécie de chave eletrônica renovável a cada dois anos. As demais empresas podem acessar o e-CAC por meio do certificado digital, caso não queiram usar o login gov.br.

Níveis de segurança

Identificação segura para acessar serviços públicos digitais, a conta gov.br está disponível a todos os cidadãos brasileiros. O login tem três níveis de

segurança: bronze, para serviços menos sensíveis; prata, que permite o acesso a muitos serviços digitais; e ouro, que permite o acesso a todos os serviços digitais.

As contas cadastradas exclusivamente com informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são consideradas de nível bronze. Também tem esse nível o cadastro feito presencialmente nas unidades do INSS ou do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

As contas nível prata têm a validação de uma destas três fontes: biometria facial da carteira

de motorista, cadastro Sigepe (no caso dos servidores públicos) ou dados bancários de um dos sete bancos conveniados ao Portal Gov.br (Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, BRB, Caixa Econômica Federal, Santander e Sicoob).

Por fim, as contas validadas com a biometria facial da Justiça Eleitoral ou por certificado digital compatível com ICP-Brasil passam a ter nível ouro de segurança.

Os contribuintes com contas nível bronze podem elevar o nível de segurança do login, ao fazer as validações que conferem os níveis superiores. (Agência Brasil)

Governo avalia reduzir imposto para estimular indústria, diz ministro

O governo federal estuda reduzir em até 25% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributo federal que incide sobre os artigos industrializados, nacionais ou importados, à venda no país.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, a intenção é estimular a atividade econômica, diminuindo custos que o setor produtivo acaba por repassar ao consumidor final.

“Vamos reindustrializar o país”, afirmou Guedes ao participar, na terça-feira (22), em São Paulo, de evento promovido pelo banco BTG Pactual. “Estamos preparando um movimento com o apoio do presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL); do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira e, principalmente, do presidente da República Jair Bolsonaro”, acrescentou o ministro ao voltar a defender a importância de uma redução dos impostos cobrados no Brasil.

“Veja que a agricultura está voando porque ela não tem o imposto sobre produto agrícola, o IPIA. Agora, a indústria brasileira está sofrendo, nas últimas três, quatro décadas, impostos altos, juros altos e encargos trabalhistas excessivos. Temos que atacar essas três questões, e vamos fazer um primeiro movimento agora, reduzindo 25% do IPI. É um movimento de reindustrialização do Brasil”, declarou.

“Já que a arrecadação com impostos subiu fortemente, temos esses recursos que fomos investir na Reforma Tributária que empacou no Senado, o Poder Executivo pode dizer que o excesso de arrecadação não é para inchar a máquina pública de novo e que preferimos transferir este ganho de arrecadação na forma de redução de impostos para milhões de brasileiros, para todo mundo”, justificou o ministro, garantindo que a medida

vai ser encaminhada junto com outras propostas do governo.

Ainda durante o evento, Guedes voltou a defender a possibilidade de trabalhadores endividados sacarem parte dos seus recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para saldar compromissos. Segundo o ministro, a medida é uma das que o governo pode propor “daqui até o fim do ano para ajudar a economia a crescer”.

“Podemos mobilizar recursos do FGTS porque são fundos privados; pessoas que têm recursos lá e que estão passando dificuldades. Às vezes, o cara está devendo dinheiro no banco e é credor no fundo, mas não pode sacar o dinheiro e liquidar sua dívida”, explicou.

O ministro da Economia também defendeu que parte dos recursos financeiros obtidos com a venda de empresas estatais e concessões de serviços públicos passe a ser destinada a

mecanismos de combate à desigualdade, como o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Para ele, a medida contribuiria para fortalecer o apoio popular às privatizações, servindo como um “incentivo para a classe política acelerar as privatizações”.

“Hoje, a privatização vira redução de dívida, o que é um mecanismo muito indireto. É preciso explicar ao político que a privatização pode baratear a rolagem da dívida [pública, fazendo com que] sobre um pouco mais de recursos para a Saúde e a Educação no orçamento do ano seguinte. Isto é muito indireto. Mas, se ao vendermos uma estatal, pegarmos 20% ou 30% da redução de dívida e destinarmos ao Fundo de Erradicação da Pobreza, é uma transferência de riqueza”, opinou. “Quem sabe não vai haver o aumento de apoio popular às privatizações.” (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Presidente dos Estados Unidos anuncia sanções contra a Rússia

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou em declaração na terça-feira (22) que a Rússia iniciou a invasão da Ucrânia e anunciou sanções econômicas contra o país voltadas a dificultar os financiamentos e a atuação internacional de instituições financeiras russas.

Biden divulgou sanções à dívida soberana da Rússia e medidas para que o país não consiga mais buscar recursos no Ocidente, proibindo também que a Rússia compre títulos no mercado ocidental.

O governante declarou restrições para dois bancos russos, embora não de perfis comerciais. Ele acrescentou que dialogou com o governo da Alemanha para que o gasoduto ligando o país e a Rússia “não avance”.

“Vou começar a impor sanções muito mais duras do que as que implementamos em 2014, ano do conflito anterior entre Rússia e Ucrânia. E iremos avançar ainda mais se Rússia continuar a invasão”, disse.

O presidente dos EUA criticou a Rússia pelo reconhecimento da independência de duas províncias separatistas localizadas na Ucrânia (Donetsk e Luhansk) e pelo envio de tropas a essas territórios, adentrando a fronteira ucraniana.

Vladimir Putin, presidente da Rússia, pediu e obteve a autorização do Parlamento do país para o emprego de Forças Armadas no exterior.

“Putin conseguiu o apoio do Congresso. Isso significa que ele pode agir de forma mais violenta. Nós ainda achamos que Putin vai avançar ainda mais e atacar a Ucrânia. Espero que esteja errado, mas só fazem escalar as agressões”, comentou.

Embora tenha dito que não pretende lutar contra a Rússia, Biden afirmou que irá defender os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e apoiar a Ucrânia.

“Vamos julgar a Rússia por ações e não por palavras. O que a Rússia fizer estaremos prontos para reagir. A Rússia vai pagar um preço ainda mais alto se continuar essas agressões. Os Estados Unidos vão dar assistência militar para a Ucrânia. Autorizei novas tropas na medida em que soubermos que tropas russas não vão sair de Belarus”, pontuou.

Biden assinalou que está discutindo alternativas para os impactos econômicos aos cidadãos dos Estados Unidos. A Rússia é um dos maiores fornecedores de petróleo e gás do mundo, o que pode afetar o mercado norte-brasiliense. (Agência Brasil)

Brasil apela por resolução pacífica de conflito entre Rússia e Ucrânia

O Ministério das Relações Exteriores divulgou uma nota à imprensa na terça-feira (22) em que reafirma a necessidade de uma solução negociada e que leve em consideração os legítimos interesses de segurança da Rússia e da Ucrânia e a necessidade de se respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas.

O MRE apela para que a negociação tenha como base os Acordos de Minsk, assinados em 2014 por representantes da Ucrânia, da Rússia, da República Popular de Donetsk (DNR) e da República Popular de Luhansk (LNR) para pôr fim à guerra no leste da Ucrânia.

Na nota, o MRE afirma ainda que, diante da situação criada em torno do status das auto proclamadas entidades estatais do Donetsk e do Luhansk, o Brasil “apela a todas as partes envolvidas para que evitem uma escalada de violência e que estabeleçam, no mais breve prazo, canais de diálogo capazes de encaminhar de forma pacífica a situação no terreno”.

Na segunda-feira (21), o presidente da Rússia, Vladimir Putin, reconheceu a independência das auto proclamadas repúblicas de Donetsk e Luhansk e anunciou o envio do que chamou de forças de “manutenção de paz” para solo ucraniano.

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, condenou a decisão presidente russo de assinar um decreto reconhecendo duas regiões do leste da Ucrânia como independentes.

“Eu condeno a decisão da Rússia de reconhecer a auto proclamada ‘República Popular de Donetsk’ e ‘República Popular de Luhansk’. Isso mina a soberania e integridade territorial ucraniana, corrói os esforços em prol da solução do conflito e viola os Acordos de Minsk, dos quais a Rússia é signatária”, afirmou Stoltenberg em nota.

Conselho de Segurança

O representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), embaixador Ronaldo Costa Filho, fez na segunda-feira (21) uma declaração no debate do Conselho de Segurança da Nações Unidas sobre a questão da Ucrânia. Ele alertou que a “tensão dentro e ao redor da Ucrânia está se agravando diariamente – na verdade, a cada hora”.

Costa Filho disse ainda que a situação tornou-se crítica e o Brasil vem acompanhando os últimos acontecimentos com extrema preocupação. “Nas atuais circunstâncias, nós, neste conselho, em representação da comunidade internacional, devemos reiterar os apelos à imediata desescalada e nosso firme compromisso de apoiar os esforços políticos e diplomáticos para criar as condições para uma solução pacífica para esta crise”.

O embaixador reafirmou o “apelo a todas as partes interessadas para que mantenham o diálogo com espírito de abertura, compreensão, flexibilidade e senso de urgência para encontrar caminhos para uma paz duradoura na Ucrânia e em toda a região. Um primeiro objetivo inescapável é obter um cessar-fogo imediato, com a retirada abrangente de tropas e equipamentos militares no terreno. Tal desengajamento militar será um passo importante para construir confiança entre as partes, fortalecer a diplomacia e buscar uma solução sustentável para a crise”. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Proposta de regras para uso de criptomoeças avança no Senado

Sem supervisão ou fiscalização de órgãos do sistema financeiro, o mercado de criptomoeças no Brasil está na mira do Congresso. Na terça-feira (22), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em caráter terminativo, uma proposta que reconhece e regula o mercado no país. Caso não haja recurso para votação em plenário, o texto poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados.

O texto é um substitutivo apresentado pelo senador Irajá Abreu (PSD-TO) a três propostas que tramitavam na Casa sobre o assunto. O senador tocaninense decidiu considerar prejudicados os PLs 4.207/2020 e 3.949/2019 - sugeridos pelos colegas Soraya Thronicke (PSL-MS) e Styvenson Valentim (Podemos-RN) - e acatar apenas o PL 3.825/2019, do senador Flávio Arns (Podemos-PR).

Segundo o senador Irajá, quase 3 milhões de pessoas estão registradas em corretoras de criptomoeças. O número se aproxima da quantidade de investidores na bolsa de valores. "As empresas negociadoras de criptoativos não estão sujeitas nem à regulamentação, nem ao controle do Banco Central ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que torna mais difícil ao poder público identificar mo-

vimentações suspeitas", pondera o parlamentar.

De forma diferente do dinheiro comum, as criptomoeças são lançadas por agentes privados e negociadas exclusivamente na internet. As moedas digitais usam sistemas de criptografia para a realização de transações. Quem tem a moeda virtual só pode resgatá-la usando um código fornecido por quem vendeu.

Em 2018, foram negociados R\$ 6,8 bilhões em moedas virtuais no Brasil, tendo sido criadas 23 novas corretoras, conhecidas como exchanges. Segundo o senador, em 2019, pelo menos 35 empresas já agiam livremente, sem a supervisão ou fiscalização dos órgãos do sistema financeiro.

O substitutivo traz regras e diretrizes tanto para a prestação de serviços relacionados a ativos virtuais quanto para o funcionamento das corretoras. Para o senador Irajá o criptoativo não é um título mobiliário, por isso não fica submetido à fiscalização da CVM, que supervisiona o mercado de ações. A exceção é para o caso de oferta pública de criptoativos para captação de recursos no mercado financeiro.

O relator considera como prestadora de serviços de ativos virtuais a empresa que executa, em nome de terceiros, pelo me-

nos um dos serviços:

- resgate de criptomoeças (troca por moeda soberana ex: real, dólar);
- troca entre uma ou mais criptomoeças; transferência de ativos virtuais;
- custódia ou administração desses ativos ou de instrumentos de controle de ativos virtuais;
- participação em serviços financeiros relacionados à oferta por um emissor ou à venda de ativos virtuais.

Sobre regulação, pelo texto, caberá ao Poder Executivo a responsabilidade de definir quais órgãos devem normatizar e fiscalizar os negócios com criptomoeças, desde que considerados alguns pontos:

- promover a livre iniciativa e a concorrência;
- obrigar o controle e a separação dos recursos dos clientes;
- definir boas práticas de governança e gestão de riscos;
- garantir a segurança da informação e a proteção dos dados pessoais;
- proteger e defender consumidores e usuários e a poupança popular;
- garantir a solidez e eficiência das operações.

O texto admite procedimento simplificado. O órgão pode autorizar a prestação de outros serviços tanto direta como indi-

retamente relacionados à atividade da exchange. O regulador indicado pelo Poder Executivo pode autorizar a transferência de controle, fusão, cisão e incorporação da corretora; estabelecer condições para o exercício de cargos de direção; e autorizar a posse e o exercício de pessoas nesses cargos.

Ainda pela proposta, para decidir se as empresas terão que atuar exclusivamente no mercado de ativos virtuais ou não, o órgão fica livre. As hipóteses de inclusão das transações no mercado de câmbio e a necessidade de submissão delas à regulamentação de capitais brasileiros no exterior e capitais estrangeiros no país também precisam ser definidas pelo regulador.

O funcionamento irregular da atividade sujeita a corretora e seus donos a todas as penas previstas na lei dos crimes de colarinho branco (Lei 7.492, de 1986). O regulador deve definir condições e prazos para o registro das corretoras existentes. O prazo de adequação à essas regras é de até seis meses após a sanção do texto.

O texto inclui na lei de crimes financeiros (Lei 7.492, de 1986) a prestação de serviços de ativos virtuais sem prévia autorização. A pena prevista é de reclusão de um a quatro anos e multa.

Outro ponto da proposta insere no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) a fraude em prestação de serviços de ativos virtuais, tipificada como "organizar, gerir, ofertar carteiras ou intermediar operações envolvendo ativos virtuais, com o fim de obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento". A pena é de reclusão de quatro a oito anos.

O órgão indicado pelo Poder Executivo deve supervisionar as corretoras e aplicar as mesmas regras às quais são submetidas as empresas fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central. Ele deve estabelecer normas para o cancelamento da licença de funcionamento, por iniciativa própria ou a pedido, em caso de desobediência à legislação.

Também submete as corretoras às regras da lei de lavagem de dinheiro (Lei 9.613, de 1998). Elas ficam obrigadas a registrar todas as transações que ultrapassem os limites fixados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o órgão brasileiro de combate à lavagem de dinheiro.

O texto propõe que as empresas sejam consideradas instituições financeiras e submetidas a todas as normas da lei de

crimes financeiros (Lei 7.492, de 1986); e também ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990).

Uma novidade no texto é a criação de um Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente (CNPEP). O banco de dados também deverá ser normatizado por ato do Poder Executivo e publicado pelo Portal da Transparência. A medida também impacta a lei de lavagem de dinheiro.

Os órgãos e as entidades de quaisquer Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem encaminhar ao gestor CNPEP informações atualizadas sobre seus integrantes ou ex-integrantes classificados como pessoas expostas politicamente na legislação e regulação vigentes. O órgão gestor do CNPEP deve indicar órgãos e entidades que deixem de cumprir a obrigação.

As instituições reguladas pelo Banco Central devem consultar o CNPEP para executar políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e avaliar o risco de crédito, por meio de convênio com o órgão responsável pelo cadastro definido em comum acordo. Outras instituições podem aderir ao convênio com o cadastro, visando combater e prevenir a lavagem de dinheiro. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES



EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1089313-14.2021.8.26.0100(A)MM/ Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(e)a. Christiane Agostini Spadoni, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Fernanda Ferrari Zagó e Ygor Daniel Zagó, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC, os requerentes pretendem alterar o regime de separação de bens para o regime de comunhão parcial de bens. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei, NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de outubro de 2021.

Centro de Defesa, Cultura e Recreação dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Estatuto Social e conforme decisão judicial proferida pelo Juiz da 42ª vara do Fórum Central Cível da Comarca de São Paulo. (Processo nº 1106209-35.2021.8.26.0100), tendo como Autora MARY AUGUSTO ESTIGARRIBIA, convoca os associados em condições de votos, para reunirem em Assembleia Geral, para aprovar a abertura do processo eleitoral, para renovação da Diretoria Executiva, os conselhos consultivo e fiscal e seus suplentes a ser realizado no dia 04/03/2022, na Sede da Entidade, na R. Avarães Machado, 41 - 1º andar Conj. J - São Paulo/SP, às 10h30 em primeira convocação e em segunda convocação às 10h30. As inscrições das chapas interessadas em concorrer o processo eleitoral poderão registrar candidaturas nos conformes do estatuto que se encontra a disposição dos associados na sede da entidade, as candidaturas será entre os dias 24.25 e 26 de fevereiro de 2022 no horário das 10:00h as 16:00h, na sede da entidade. Sendo que a assembleia geral para eleição e posse dos membros de direção da entidade, acontecerá na data de 22/03/2022 das 10:00h as 16:00h na sede da entidade. São Paulo 23 de fevereiro de 22. - MARY AUGUSTO ESTIGARRIBIA.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAU UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital viem ou interessar possa que, **RODRIGO YAMAGUTI**, servidor público federal, RG nº 29.521.357-7-SSP/SP, CPF nº 224.076.158-08, e sua mulher **RENATA IVO YAMAGUTI**, consultora de recursos humanos, RG nº 41.197.437-3-SSP/SP, CPF nº 360.284.168-51, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Avenida Doutor João Guimarães nº 377, apartamento nº 13, Jardim Taboão, ficam intimados a purgarem a mora mediante o pagamento referente a 11 (onze) prestações em atraso, vencidas de 28/01/2021 a 28/11/2021, no valor de R\$31.694,40 (trinta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$33.556,22 (trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos), que atualizado até 16/03/2022, perfaz o valor de R\$33.848,38 (trinta e três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo ITAU UNIBANCO S/A para aquisição do imóvel localizado na Rua Cristóforo Mantegazza, nº 333, antiga Rua Quatro nº 333, parte dos lotes nºs 14, 15, 16 e 17 da quadra H da Vila Henrique Cunha, Saúde, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob nº 18 na matrícula nº 53.123. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jurandir nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:00h e das 12:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os devedores desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do inadimplente, ITAU UNIBANCO S/A, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. O Oficial.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº 0004383-62.2021.8.26.0009. Classe: Assunção Cumprimento de sentença - Cheque. Equevete: Auto Posto Algas Ltda. Executado: Walter Edécio dos Santos. 2ª Vara Cível do Foro Regional IX - Vila Prudente/SP. 2º Oficial Cível, Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0004383-62.2021.8.26.0009. A D(e)a. Miriam de Souza Donni Dias Leite, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Vila Prudente/SP, faz saber a Walter Edécio dos Santos (CPF: 046.034.568-08), que o mandado monitorio, expedido nos autos da ação Monitoria, ajuizada por Auto Posto Algas Ltda., converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial de quantia de R\$ 3.512,22 (pagamento de 2021). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 (quinze) dias, a fluir dos 30 (trinta) dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expulsação de mandato de perito e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, iniciará-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de peritória ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da Lei, SP. 24/11/2021. 22 e 23 / 02 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO Com prazo de trinta dias. A MM. Juíza de Direito, Dra. Gabriela Frangoso Calassio Costa, Juiz Titular do Cartório da 32ª Vara Cível do Foro Central Cível, Cidade e Estado de São Paulo, faz saber aos que o presente edital com o prazo de 30 dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Praça João Mendes, s/n, 11º andar, salas nº 1119/1121, Centro, São Paulo/SP, CEP 01501-900, Telefone 21716223, E-mail: upj31a35cv@tjsp.jus.br, tramitam os autos da Ação de Cobrança pelo Procedimento Comum, n. 1071320-51.2016.8.26.0100, movida por F resolve Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros S/A ("RESOLVE"), em face de Notebook Mais Com Eletrônicos Ltda (CNPJ 15.198.624/0001-32) e Jailson Gomes Machado (CPF 352.534.538-06), alegando em síntese o seguinte: Trata-se de uma ação para cobrança do débito referente ao contrato Proposta de Abertura de Conta Corrente, vinculada a conta corrente 01915-8, agência 7633, realizada em 12/11/2015, contrato um empréstimo, registro no contrato n. 1076182722, no valor de R\$ 150.000,00, por meio do pagamento de 24 parcelas, deixando de quitar o débito no modo pactuado, ocorrendo o vencimento antecipado, perfazendo o montante de R\$ 164.669,38 (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos), na data base 22/06/16. Assim, pelo presente edital, os Executados Notebook Mais Com Eletrônicos Ltda e Jailson Gomes Machado, que se encontram em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa, nos moldes do art. 335, III, do CPC, ficando ciente, que não sendo apresentada defesa, será nomeado defensor dático nos autos. Dado e passado nesta cidade de São Paulo.

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DO EDITAL: 20 DIAS. PROCESSO Nº 0161210-08-2010.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(e)a. Vitor Gambassi Pereira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RENATO ROCHA, CPF 017.165.818-34, que a CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP, ajuizou-lhe uma ação de cobrança, pelo procedimento comum, objetivando o resgate ou não pagamento de R\$ 11.462,45 (11 de junho de 2010), referente ao inadimplimento das mensalidades do Plano de Saúde Calpes - Família dos meses de julho e agosto de 2005, cuja importância deverá ser acrescida dos encargos e demais cominações legais, e atualizada até a data do efetivo pagamento. Estando o requerido em lugar ignorado, expedir-se EDITAL para que, no prazo de 15 dias úteis, a fluir após o prazo supra, CONTESTE a ação, sob pena de serem aceitos verdadeiros os fatos narrados pela autora, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei, NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de novembro de 2021.

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão:23/02/2022 - as: 10:15 Local: AGENCIA DA CAIXA - RUA TURIASSU, Nº 1371, PERDIZES, SAO PAULO - SP.

ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com a prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda.

A venda com utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através e, com prévia e devida análise de uma Instituição Financeira escolhida pelo comprador.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes deste edital deverão procurar uma Instituição Financeira com a antecedência necessária a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:B51046 - CONTRATO: 997683024519 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

ADILSON DOS SANTOS, BRASILEIRO(A), TORNEIRO MECANICO, CPF 948.153.808-72, CI 17686729, CASADO (A) COM NANI FERREIRA DOS SANTOS, BRASILEIRO (A), DO LAR, CPF 014.348.558-05 CI: 1476425, ESPOLIO JOAO ALVES DA CONCEICAO, BRASILEIRO (A), PRENSISTA, CPF 935.246.688-87 CI: 9470381, SOLTEIRO (A) E CONJUGO, SE CASADO (A) ESTIVER.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 110, SITUADO NO ANDAR TERREO OU 1º PAVIMENTO, BLOCO IV, CONJUNTO RESIDENCIAL VILA SAO JOSE, A RUA VEREAUTO LEAO DE MOURA, Nº 169, 32º SUBDISTRITO CAPELA DO SOCORRO, VILA SAO JOSE, EM SAO PAULO, SP, COM AREA PRIVATIVA DE 57,4132M2, AREA COMUM DE CONSTRUÇÃO DE 5,4929M2, TOTALIZANDO A AREA CONSTRUÍDA DE 62,9061M2, DIREITO A GUARDA DE UM VEICULO DE PASSEIO EM LUGAR INDETERMINADO NO ESTACIONAMENTO, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES E ACCESORIOS.

SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 23383,84
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 245000,00

SAO PAULO, 04/02/2022
ARY ANDRE NETO

04 - 09 - 23/02/2022

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão:23/02/2022 - as: 10:15 Local: AGENCIA DA CAIXA - RUA TURIASSU, Nº 1371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.

ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com a prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda.

A venda com utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através e, com prévia e devida análise de uma Instituição Financeira escolhida pelo comprador.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes deste edital deverão procurar uma Instituição Financeira com a antecedência necessária a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:B51056 - CONTRATO: 313714023049 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

CARLOS AUGUSTO GUIMARAES, BRASILEIRO(A), FUNCIONARIO PUBLICO, CPF 796.318.438-15, CI 9301422 SP, CASADO (A) COM AURILEIA PRADO CICERELLI GUIMARAES, BRASILEIRO (A), FUNCIONARIA PUBLICA, CPF 104.414.118-27 CI: 9234317 SP.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 113, LOCALIZADO NO 11º ANDAR OU 12º PAVIMENTO, BLOCO 04, CONDOMÍNIO PARQUE RESIDENCIAL VITÓRIA REGIA II, AVENIDA PARADA PINTO, Nº 3420, 8º SUBDISTRITO-SANTANA, VILA NOVA CACHOEIRINHA, EM SAO PAULO, SP, CONTENDO A AREA UTIL DE 49,27M2, AREA COMUM DE 13,50M2, AREA TOTAL DE 62,77M2, FRACA IDEAL NO TERRENO DO CONDOMÍNIO DE 0,006993, COM UMA VAGA INDETERMINADA DESCOBERTA, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES E ACCESORIOS.

SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 17173,43
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 232000,00

SAO PAULO, 04/02/2022
ARY ANDRE NETO

04 - 09 - 23/02/2022

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO - SP

Data do leilão:23/02/2022 - as: 10:15 Local: AGENCIA DA CAIXA - RUA TURIASSU, Nº 1371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.

ARY ANDRE NETO, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 428 estabelecido a RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212, telefone (11) 93285-4559, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08 (oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento, será feita através de Carta de Crédito de uma Instituição Financeira escolhida pelo interessado, com a prévia e devida análise cadastral e comprovação de renda.

A venda com utilização dos recursos do FGTS, só poderá ser efetivada através e, com prévia e devida análise de uma Instituição Financeira escolhida pelo comprador.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito e ou utilização dos recursos do FGTS, para aquisição dos imóveis constantes deste edital deverão procurar uma Instituição Financeira com a antecedência necessária a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:B50877 - CONTRATO: 118164123165 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

ERENILDO DA ROCHA, BRASILEIRO(A), SUPERVISOR, CPF 052.638.068-33, CI 14869029 SSP/SP, SOLTEIRO (A) E CONJUGO, SE CASADO(A) ESTIVER. EDUARDO JOSE GUIMARAES, BRASILEIRO (A), COMPRADOR, CPF 047.444.688-37 CI: 15758090 SSP/SP, CASADO (A) COM TANIA MARIA DA ROCHA GUIMARAES, BRASILEIRO (A), DO LAR, CPF 054.584.948-90 CI: 17360632 SSP/SP.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 31, LOCALIZADO NO 3º ANDAR OU 4º PAVIMENTO, BLOCO A, CONJUNTO DENOMINADO CONDOMÍNIO DRAGENA, A RUA PHILIPPE DE VITRY, Nº 68, JARDIM SANTA JOSEFINA, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO, EM SAO PAULO, SP, COM A AREA PRIVATIVA DE 61,20M2, AREA COMUM DE 68,58M2, INCLUSIVE AREA CORRESPONDENTE A UMA VAGA INDETERMINADA NO ESTACIONAMENTO DESCOBERTO, PERFAZENDO A AREA TOTAL DE 129,78M2, CORRESPONDENDO-LHE UMA FRACAO IDEAL DE 0,0117 NO TERRENO, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES E ACCESORIOS.

SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R\$ 817741,75
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R\$ 239427,67

SAO PAULO, 04/02/2022
ARY ANDRE NETO

04 - 09 - 23/02/2022